



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Gabinete do Ministro da Economia

OFÍCIO SEI Nº 581/2019/GME-ME

Brasília, 24 de outubro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados

Assunto: Requerimento de Informação.

Senhora Primeira-Secretária,

Refiro-me ao Ofício 1ª Sec/RI/E/nº 780, de 25.09.2019, dessa Primeira-Secretaria, por intermédio do qual foi remetida cópia do Requerimento de Informação nº 1292/2019, de autoria do Senhor Deputado IVAN VALENTE, que solicita “informações sobre os estudos que embasaram o plano de criar um novo imposto sobre transações financeiras”.

A propósito, encaminho a Vossa Excelência, em resposta à solicitação do parlamentar, o Despacho da Secretaria Executiva, de 23 de outubro de 2019, e o Ofício nº 1.688/2019 – RFB/Gabinete, de 23 de outubro de 2019, elaborado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Atenciosamente,

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

PRIMEIRA-SECRETARIA	
Documento recebido nesta Secretaria sem a indicação ou aparência de tratar-se de conteúdo de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Fm 24/10/19	às 11 h 30
	702405
Servidor	Ponto
Portador	



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

DESPACHO

INTERESSADA: Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados

ASSUNTO: RIC nº 1292/2019 - de autoria do Senhor Deputado IVAN VALENTE, que solicita “informações sobre os estudos que embasaram o plano de criar um novo imposto sobre transações financeiras”.

Após avaliar que as informações prestadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil por intermédio do Ofício SEI nº 1.688/2019 - RFB/Gabinete, de 23 de outubro de 2019, atendem em parte, ao solicitado no Requerimento de Informação acima mencionado, proponho seu envio à Primeira-Secretaria da Câmara dos Deputados, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

Na esteira do Ofício SEI nº 1.688/2019 - RFB/Gabinete, acrescente-se que, sobre a resposta aos itens de nº 03 e seguintes do Requerimento de Informação nº 1.292/2019, não há definição a respeito de criação de novo imposto sobre transações financeiras, por parte do Ministério da Economia, razão pela qual não há que se falar em rejeição de envio da proposta ao Congresso Nacional, nem mesmo de envio ao Presidente da República.

Quanto à exoneração do cargo do então Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, tratou-se de exoneração de cargo de nomeação ad nutum, sem maiores exigências legais, o qual foi submetido pelo Ministro da Economia ao Presidente da República, tendo ocorrido por meio de Decreto de 12 de setembro de 2019, por decisão do Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente.

Quanto ao item 7 do Requerimento de Informação nº 1.292/2019, o Sr. Ministro de Estado da Economia não encaminhou qualquer pedido dessa natureza, motivo pelo qual não há registro nesse sentido.

Encaminhe-se o presente ao Gabinete do Ministro da Economia.

Em 23 de outubro de 2019.

MIGUEL RAGONE DE MATTOS
Secretário-Executivo substituto

**MINISTÉRIO DA
ECONOMIA****Receita Federal**

Ofício nº 1.688/2019 – RFB/Gabinete

Brasília, 23 de outubro de 2019.

Ao Senhor
Roberto Gondim Eickhoff
Gerente de Projetos da Assessoria Especial para Assuntos Parlamentares
Esplanada dos Ministérios, Ministério da Economia – Bloco P, 5º Andar
70048-900 - Brasília/DF

Assunto: Análise do Requerimento de Informação nº 1.292, de 2019, que solicita informações sobre os estudos que embasaram o plano de criar um novo imposto sobre transações financeiras. Referência: 12100.104743/2019-27.

Senhor Gerente de Projetos,

Em resposta à solicitação em epígrafe, informo que não há plano de criação de novo imposto sobre transações financeiras, mas apenas discussões internas e preliminares referentes a medidas tributárias de diversas naturezas com o objetivo de trazer maior simplificação e racionalidade ao sistema. Nesse sentido, não há estudos ou pareceres aprovados que correspondam ao encaminhamento oficial do solicitado pelas questões 1 e 2 do Requerimento de Informação nº 1292, de 2019.

Atenciosamente,

Assinado digitalmente

JOSÉ BARROSO TOSTES NETO
Secretário Especial da Receita Federal do Brasil



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por ANDREA MILANI CONCATTO em 23/10/2019 11:27:00.

Documento autenticado digitalmente por ANDREA MILANI CONCATTO em 23/10/2019.

Documento assinado digitalmente por: JOSE BARROSO TOSTES NETO em 23/10/2019.

Esta cópia / impressão foi realizada por ANDREA MILANI CONCATTO em 23/10/2019.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP23.1019.11497.SKKU

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:

F3D480F4B1C9D1D5AC2A458D34A78A3BE19B46120DC7F9F63A70903945DC3B12